

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT - Outubro de 2018 - Nº 695

REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE VOLTAR À PAUTA



O presidente Michel Temer disse na segunda-feira (24) que, passada a eleição de outubro, tentará aprovar a reforma da Previdência no Congresso Nacional e manifestou confiança de que nenhum dos candidatos ao Palácio do Planalto no pleito deste ano questiona a responsabilidade fiscal.

Em sua conta no Twitter, o presidente relatou almoço que teve com empresários em Nova York, onde está para participar da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas e disse ainda que nenhum dos postulantes à Presidência põe em dúvida a democracia ou propõe a redução da rede de proteção social existente.

"Quero anunciar que, passadas as eleições, buscarei fazer a reforma da Previdência. O déficit previdenciário é elevado

demais. Não podemos legar a nossos filhos e netos um sistema de Previdência sob ameaça, nem um orçamento que seja quase todo tomado por gastos previdenciários", escreveu o presidente no Twitter.

O governo Temer enviou uma proposta de reforma previdenciária ao Legislativo. Mas depois de gastar boa parte de seu capital político para garantir que a Câmara dos Deputados impedisse o andamento de duas denúncias apresentadas contra ele, Temer não teve força para aprovar a reforma, mesmo fazendo várias concessões em relação ao projeto original.

Após a decretação da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, a medida foi adiada, já que se trata de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e a carta magna não pode ser alterada durante a vigência de uma intervenção federal em um dos Estados.

"Tenho confiança na continuidade da agenda de reformas que está transformando o Brasil. Confiança na nossa democracia, na solidez de nossa economia, na nossa capacidade de crescer com justiça social", acrescentou Temer no Twitter.

Fonte: R7 Noticias

MANTENHA-SE INFORMADO
www.bancariosprudente.org.br

PESQUISA INÉDITA REVELA ADOECIMENTO CRÔNICO DOS EMPREGADOS DA CAIXA



Um em cada três empregados da Caixa diz ter apresentado algum problema de saúde em decorrência do trabalho nos últimos 12 meses. Entre os que tiveram algum problema, 10,6% relataram depressão. Doenças causadas por estresse e doenças psicológicas representam 60,5% dos casos. Entre os que tiveram problemas, 53% precisaram recorrer a algum medicamento. Os remédios mais usados foram os antidepressivos e ansiolíticos (35,3%), anti-inflamatórios (14,3%) e analgésicos (7,6%).

Esses são alguns dos dados evidenciados na Pesquisa Saúde do Trabalhador da Caixa, encomendada pela Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa (Fenae). O estudo é inédito e revela o quanto o modelo de gestão do banco, a sobrecarga de trabalho e a ausência de uma política de saúde do trabalhador estão prejudicando a vida de milhares de pessoas e provocando um verdadeiro quadro de adoecimento crônico na categoria.

O estudo foi apresentado ao Ministério Público do Trabalho, que no momento analisa os dados e avalia providências a serem tomadas. A Fenae também já forneceu o material à Comissão de Executiva de Empregados da Caixa (CEE/Caixa) para que o assunto seja pautado na mesa de negociação permanente.

O cenário preocupante se torna ainda mais grave no momento em que o governo federal deseja reduzir o direito dos trabalhadores à assistência médica por meio das resoluções CGPAR. Com as mudanças propostas, o Saúde Caixa, assim como as demais autogestões de saúde, se tornará inviável.

A pesquisa, realizada pelo Instituto FSB Pesquisa, ouviu dois mil empregados da Caixa entre os

dias 2 e 30 de maio. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, com intervalo de confiança de 95%.

Subnotificação e negligência

Aproximadamente 8% dos entrevistados disseram já ter entrado em licença médica por problemas de saúde mental. Em média, esses empregados ficaram 125 dias afastados. Os casos não formalizados junto à Caixa, porém, são a maioria. Apenas 4,4% dos que tiveram algum problema de saúde relatam que a Caixa emitiu Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Entre os que entraram de licença por problemas de saúde mental, somente 13,6% tiveram emissão de CAT pela Caixa.

Sobrecarga, estresse laboral e vida pessoal

Questões relacionadas à gestão do banco estão entre as principais causas do adoecimento dos empregados. Entre os entrevistados, 58% se dizem sobrecarregados em seu trabalho. Falta de pessoal (16,3%) e cobrança excessiva por metas (16%) são os principais motivos de insatisfação.

Pessoal de agência sofre mais

Empregados que atuam nas agências apresentam mais problemas de saúde que os de áreas meio. Entre os alocados nas unidades administrativas, 26,5% tiveram problemas de saúde relacionados ao trabalho nos últimos 12 meses, frente a 36,4% dos que atuam nas agências.

A subnotificação também é maior nas agências, onde a emissão de CAT só ocorreu em 3,5% dos casos. Já nas áreas meio, os comunicados foram emitidos em 6,8% das situações.

Mais da metade já sofreu assédio moral

Os resultados da pesquisa também mostram o peso do “assédio moral institucional”. Ao todo, 86,5% dos empregados avaliam positivamente a relação com seus chefes imediatos, porém 27,2 reclamam de pressão excessiva por metas.

Foram feitas perguntas sobre uma série de situações típicas de assédio moral na relação com a chefia direta, tais como demanda excessiva por trabalho, pressão, atribuição indevida de erros, ameaças, gritos, entre outras. Entre os entrevistados, 53,6% disseram ter passado por ao menos desses episódios. Situações como essa também ocorrem com outros colegas, segundo relatam 81,3% dos entrevistados.

DECRETO DE TEMER LIBERA TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR PÚBLICO



O presidente Michel Temer (MDB) promulgou, na sexta-feira 21, o **Decreto 9.507**, que trata da terceirização de serviços na administração direta e em autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo federal. A medida libera a contratação de mão de obra terceirizada em toda a estrutura da União que não estiver relacionada a tomadas de decisão, muito embora todas as funções que deem apoio a isso possam ser contratadas. O decreto é um passo ao que pode ser a extinção dos concursos públicos.

Podem ser terceirizados, por exemplo, os professores de universidade federais, os trabalhadores da Petrobras, da **Caixa Econômica Federal**, **Banco do Brasil** e outras empresas públicas, dos portos e aeroportos, servidores dos ministérios, entre outros. O decreto entra em vigor 120 dias após sua publicação – ou seja, em 22 de janeiro.

A terceirização poderá ser aplicada mesmo em casos em que a empresa contratada venha a fornecer mão de obra com atribuições idênticas às de profissionais que já atuam no poder público. Caberá aos Conselhos de Administração ou órgão equivalente das empresas públicas definir as atividades passíveis de execução indireta.

Dentre as regras de contratação, destaca-se a determinação do governo federal de se eximir de qualquer responsabilidade pela quitação de eventuais encargos trabalhistas decorrentes dos contratos, por exemplo, em caso de a empresa terceirizada falir.

O Projeto de Lei (PL) 4.302/98, que autoriza a terceirização em todos os ramos de uma empresa foi aprovado em março do ano passado. Em 30 de agosto deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou legal a terceirização irrestrita, mesmo em atividades-fim.

BANCOS FECHAM 2.245 POSTOS DE EMPREGO NOS PRIMEIROS OITO MESES DE 2018

Nos oito primeiros meses de 2018, foram fechados 2.245 postos de emprego bancário em todo o Brasil, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná foram os estados com maiores saldos negativos. Em agosto, os bancos abriram 200 postos de trabalho pelo país, segundo mês consecutivo com saldo positivo e o terceiro em 2018. Foram, 19.715 admissões e 21.960 desligamentos no período.

Desde janeiro de 2016, observa apenas 6 meses com saldos positivos, sendo três em 2018 (janeiro de 2016, julho e novembro de 2017, janeiro, julho e agosto de 2018).

A análise por Setor de Atividade Econômica re-

vela que os “Bancos múltiplos com carteira comercial”, categoria que engloba bancos como, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, foram responsáveis pelo fechamento de 1.363 postos, entre janeiro e agosto de 2018. No caso da Caixa, o fechamento foi de 1.020 postos no período.

Faixa Etária

Os bancos continuam concentrando suas contratações nas faixas etárias até 29 anos (67%), em especial entre 18 e 24 anos (40,7%). Foram criadas 7.337 vagas para trabalhadores até 29 anos, no período. Acima de 30 anos, todas as faixas apresentaram saldo negativo (ao todo, -9.582 postos), com destaque para a faixa de 50 a 64 anos, com fechamento de 4.660 postos no período.

ENTIDADES APRESENTAM DENÚNCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA RESOLUÇÕES CGPAR.



Na quarta-feira (26), as entidades representativas dos trabalhadores das estatais federais apresentaram denúncia ao Ministério Público do Trabalho (MPT) contra as resoluções CGPAR e seus impactos negativos nas autogestões de saúde. A denúncia foi entregue ao procurador-geral do Trabalho em exercício, Luis Eduardo Guimarães Bojart e será encaminhada à Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

Juntamente com a Contraf-CUT, subscrevem a denúncia a Fenae, Fenacef, Fenag, Advocef, Aneac, Social Caixa, Anacef, FUP, FNP, Anabb, Sindicato dos Bancários de Brasília, AFBndes, UnidasPrev, Findect, Fentect, CNU, FNU, Sindicato dos Urbanitários do DF, FURCEN, Sindefurnas, Sinpaf e SENGE. As entidades representam cerca de três milhões de trabalhadores, entre bancários, petroleiros, carteiros, eletricitários e outros.

A denúncia aponta uma série de incoerências e infrações contidas na resolução CGPAR nº 23, tais como o desrespeito à livre negociação coletiva e à legislação setorial, a violação de direitos adquiridos, ausência de competência do Poder Executivo para legislar, entre outros pontos.

Se as medidas propostas pelo governo federal forem implementadas, os programas de saúde das estatais serão encarecidos e se tornarão excludentes. Entre outros pontos, as resoluções determinam a proibição da adesão de novos contratados, a restrição do acesso a aposentados, cobranças por faixa etária, carências e franquias e, principalmente, a redução da participação das estatais no custeio da

assistência médica.

Os programas de saúde das estatais federais atendem cerca de três milhões de usuários, entre empregados, aposentados e suas famílias, que em contrapartida pagam parte dos custos dessa assistência e utilizam muito menos os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). As recomendações do governo poderão levar milhões de pessoas exclusivamente para o SUS, sobrecarregando ainda mais o sistema público. "Não podemos deixar que precarizem o plano de saúde para os trabalhadores e suas famílias. Vamos continuar a nossa luta contra a CGPAR", disse Fabiana Uehara, Secretária da Cultura da Contraf-CUT e representante da Comissão dos Empregados da Caixa.

No dia 28 de agosto, as entidades participaram de audiência pública promovida pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), na Câmara dos Deputados, onde o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 956/2018 aguarda a nomeação de um relator. O projeto propõe a sustação da resolução nº 23 da CGPAR.



HUMOR

PEDINDO INFORMAÇÃO

Dois amigos chegam a uma cidadezinha em uma tarde chuvosa e resolvem ir à zona, mas não sabem onde é. Saem pela rua a procura de alguém para perguntar, e encontram um padre, um diz ao outro:

- Não podemos perguntar isso ao padre.

O outro responde:

- Deixa comigo.

- Ola padre, sua benção, queremos ir à missa e não sabemos onde é a igreja!

- Deus abençoe meus filhos, a igreja é na rua de cima três quarteirões para o lado sul.

- Nossa padre! A igreja é perto da zona?

- Não meu filho, a zona é na rua de baixo, cinco quarteirões para o lado norte.